

Por 24 votos, Brasília votará apenas em 90

Apesar da expressiva maioria favorável, faltou quorum para as diretas este ano

O eleitor brasileiro terá que esperar até 1990 para escolher governador, vice-governador e os membros da Câmara Legislativa. A fusão de emendas assinada pelos deputados Augusto Carvalho (PCB) e Sigmaringa Seixas (PMDB) e pelos senadores Pompeu de Souza e Maurício Corrêa (PDT), proposto eleições diretas para o GDF em novembro deste ano, foi rejeitada ontem pelo plenário da Constituinte, por não alcançar o quorum de 280 votos para aprovação. Foram 256 votos a favor contra 81 não e 27 abstenções. Os líderes do PDS, PFL e PTB deixaram a questão em aberto para suas bancadas, mas as demais lideranças e o relator Bernardo Cabral garantiram o voto favorável à eleição no DF.

Sigmaringa e Augusto subiram à tribuna para defender a emenda, lembrando que o povo de Brasília quer eleições diretas em 88. Para Sigmaringa, "não há autonomia sem governo representativo e este só exis-

te com eleições". Ele ressaltou que a Constituinte cometera uma "aberração" se não aprovasse a fusão — já a autonomia político-administrativa estava garantida no corpo permanente do projeto. "Não ter eleição este ano é prorrogar a legitimidade do Governo", acrescentou.

As eleições diretas em 88 interessam do PC do B ao PDS, da classe empresarial aos trabalhadores, como lembrou da tribuna Augusto Carvalho. Ele rebateu as declarações do orador que o antecedeu, deputado Luiz Soyer (PMDB-GO), que criticou a proposta de mandato-tampão incluída na emenda. "Pior que isto é o mandato-tampão de um ano sacramentado na Constituição. O sucessor do presidente Sarney poderá impor um governador para o DF para um ano de mandato eletivo", advertiu o deputado do PCB.

Soyer baseou sua argumentação no fato de os Territórios e o novo Estado do Tocantins terem eleições

em 1990 e considerou uma incoerência fixar eleições para o DF neste ano. Além disso, lembrou a dependência financeira do Distrito Federal para com a União, um total de Cr\$ 38 bilhões, segundo ele. Disse ainda que não haveria tempo suficiente para a realização de eleições em novembro. "A Constituição não será promulgada antes de setembro", previu.

Outro constituinte que se pronunciou contra a emenda não deixou de lembrar de seu "amor e carinho" por Brasília, onde vive há vários anos. O deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que veio para o DF acompanhando o pai, disse que não pode aceitar "que haja uma necessidade tão premente de eleições que não possa esperar até 1990". Não deixou de falar também da dependência financeira do DF, dizendo que com a reforma tributária, "só em 90 teremos a receita necessária para a autonomia".

JULIO ALCANTARA



Acusada de manobrar contra a eleição, Márcia Kubitschek (centro) acompanhou muito tensa a votação

Laurenço vibrou como nos 5 anos

Com o mesmo sorriso de satisfação com que comemorou a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o líder do PFL, deputado José Laurenço (BA), festejou ontem a rejeição da fusão de emendas que garantiria eleições diretas para governador, vice-governador e Câmara Legislativa do Distrito Federal ainda este ano. Vitorioso, porque na sessão de ontem ele também foi o líder de uma manobra para impedir a aprovação desta proposta, ele ficou mais tranquilo quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, demonstrou pressa para encerrar a coleta de votos.

O resultado — 256 votos contra 81 e 27 abstenções — já era previsto por quem observou o líder governista manobrando, ao longo da sessão, para evitar a aprovação de eleições diretas para o DF em novembro deste ano. Ao orientar sua bancada para a votação, prática de todos os líderes, Laurenço deixou a questão

em aberto, mas disse que votaria não, ao contrário do líder do PTB, deputado Gastone Righi, que deixou seus liderados à vontade mas garantiu que votaria a favor.

Sem qualquer constrangimento, José Laurenço se colocou em frente aos postos avulsos de votação para impedir que outros pefelistas votassem. O senador Edison Lobão (PFL/MA) já estava apertando os botões do sistema eletrônico mas foi desestimulado a continuar. Como consequência, 37 constituintes que haviam votado na matéria anterior deixaram de se posicionar. O quorum baixou de 401 para 364 presentes, hábito comum depois de três horas de trabalho, porém incomum quando se trata de matéria relevante.

Geralmente, quando a matéria é polêmica e vai ser decidida no voto — com raras exceções — a "manobra" é feita com antecedência para adiar a vota-

ção. O plenário chegou a ficar sete sessões sem votar absolutamente nada porque teria que decidir sobre as eleições municipais, por exemplo. Ontem mesmo, depois que foi rejeitada a eleição direta para o DF, foi provocado o encerramento da sessão porque estava em votação uma emenda de interesse das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com esta manobra antecipada, a decisão ficou adiada para terça-feira, como sugeriram os deputados José Carlos Vasconcelos (PMDB/PE) e Inocêncio Oliveira (PFL/PE), já prevendo que hoje e segunda-feira não haverá quorum plenário.

A decisão das bancadas interessadas na aprovação da proposta, que diminui as desigualdades regionais na distribuição de recursos, foi o exemplo máximo de que a emenda de eleições diretas para o Distrito Federal saiu prejudicada pela obstrução promovida pelo líder pefelista.

Foi jogo de cena, acusa parlamentar

"Tudo não passou de um jogo de cena", disse o deputado Ailton Cordeiro (PFL/PR) ao entrar na lanchonete do plenário, logo após a rejeição da emenda que iria permitir aos eleitores do DF escolher, em eleição direta, o seu governador. Cordeiro contou que havia sido procurado por "um colega do DF e de oposição", que lhe pediu para votar contra a emenda. "Ele no entanto, me disse que teria que votar a favor, por uma questão de base eleitoral. Só não posso dizer o nome do deputado por uma questão de ética, mas se eles mesmos estavam pedindo para não ter eleição...".

O jogo de cena denunciado pelo deputado paranaense foi percebido por Augusto Carvalho (PCB/DF), que ansiosamente acompanhava pelo placar eletrônico a visível manobra de esvaziamento do plenário. "Estou sabendo que alguns deputados nossos estão trabalhando contra as eleições no DF e não posso acreditar", disse Augusto Carvalho. E ele tinha razão, pois minutos depois já corria no plenário a informação de que a deputada Márcia Kubitschek (PMDB/DF) havia procurado o deputado Lézio Sathier (PMDB/ES), para que ele votasse contra a emenda. Lézio confirmou e disse mais: "Vi a deputada e o Francisco Carneiro (PMDB/DF) fazerem isso com diversos outros parlamentares".

A estratégia traçada pelos parlamentares do DF que não queriam eleições diretas este ano causou mal-estar em parte o plenário. Os goianos Pedro Canedo (PFL) e Maguito Vilela, do PMDB, também fizeram questão de denunciar a prática do "jogo de cena". Raquel Capiberibe (PSB/AP) contou que ouviu a deputada Márcia Kubitschek dizer o seguinte a um outro deputado: "Já que eu não posso votar não, vote não por mim". A mesma perplexidade sentiu a deputada Sandra Cavalcanti que, ao perceber que o plenário estava ficando vazio, profetizou: "O que esses deputados de Brasília estão querendo? Se eles não quiserem eleição, transfiro meu título para cá e vou me candidatar a governadora".

O jogo de cena funcionou rápido e teve um efeito positivo, demonstrado pelo placar eletrônico. Do outro lado, os deputados brasileiros que trabalhavam pela aprovação da emenda já encontraram um terreno minado. No processo de convencimento de que a eleição do DF não interessava à nação valeu tudo. A deputada Rita Camata, por exemplo, quando Augusto Carvalho fazia o encaminhamento favorável da emenda, ainda se mantinha em dúvida sobre o seu voto, mas estava mais propensa a acreditar que as eleições no Distrito Federal seriam prejudiciais aos outros Estados.

Sem uma estratégia traçada para o combate corpo-a-corpo dentro do plenário, os favoráveis à aprovação ainda tinham que administrar a baixa do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB/DF). Com uma forte crise renal, Sigmaringa passou a maior parte do tempo sentado.

O clima de animosidade na própria bancada já podia ser sentido logo após o início da sessão de ontem. Procurada por um assessor que veio lhe dizer que seu nome estava sendo cogitado para encaminhar a votação, Maria Abadia não deixou por menos: "Quem deveria fazer o encaminhamento favorável era a Márcia Kubitschek, até por homenagem a seu pai". Nas galerias, os poucos lobistas que acompanharam a votação não tiveram nem tempo para se expressar.

Resultado: DF poderá ficar 9 meses acéfalo

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

Enquanto a Constituinte não resolve, o Distrito Federal está ameaçado de ficar constitucionalmente sem governador durante pelo menos nove meses — mais precisamente, entre março de 1990 e janeiro de 1991. Isto porque o mandato do governador José Aparecido termina, naturalmente, quando o presidente José Sarney entregar a Presidência ao seu sucessor, eleito em novembro do próximo ano.

Quando o novo presidente tomar posse, em março de 1990, ele não poderá simplesmente indicar alguém para assumir o Governo do Distrito Federal, já que o texto da futura Constituição, que estará em vigor, não lhe facultava esta possibilidade. O artigo 38 do projeto de Constituição já aprovado diz apenas que o governador do DF será eleito juntamente com os seus colegas dos Estados — ou seja, em novembro de 1990.

A posse de todos os governadores, incluindo o

primeiro a ser eleito para o Distrito Federal, está prevista para janeiro de 1991. Portanto, entre março de 1990 — quando José Aparecido deixa o Palácio do Buriti — e janeiro do ano seguinte, quando toma posse seu sucessor, o GDF estará nas mãos de quem?

A menos que o Congresso faça vista grossa e deixe Aparecido de interino, o que não parece provável diante de tantos interesses que estarão em jogo até as eleições, não restará outra alternativa ao Distrito Federal senão ser governado pelo Poder Judiciário, já que ainda não terá seu legislativo.

Neste caso o governador seria o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal — no caso, a desembargadora Maria Tereza Braga, que ontem estava no Rio. Alheia a esta inusitada possibilidade que os constituintes lhe reservaram. Mas não seria apenas ela quem governaria o Distrito Federal neste intervalo: logo após assumir o GDF, ela teria que passar o cargo a seu sucessor na

presidência do TJDF, a ser eleito precisamente em abril de 1990.

Este imbróglio assustou a todos os constituintes consultados ontem à noite. O deputado Hélio Duque (PMDB-PR), por exemplo, primeiro garantiu que a eleição do governador do DF seria em novembro de 1989, juntamente com o pleito para a Presidência. Informado do real teor do artigo 38 do projeto de Constituição já aprovado, ele preferiu dizer que era mesmo contra governador eleito no DF, preferindo um prefeito indicado, como antigamente.

O relator Bernardo Cabral, no entanto, prefere buscar uma alternativa melhor, que assegure não só eleição direta no DF como, também, uma solução para aqueles nove meses e poucos dias. É bom mesmo a Constituinte encontrar uma solução, a nível das Disposições Transitórias, caso contrário corre-se o risco de a população brasileira gostar tanto de ficar sem governo que pode não querer alterar esta situação.

Ouro só paga um imposto, diz a Carta

Os dispositivos que regulamentam o sistema tributário fixado no corpo permanente do projeto, adequando as disposições atuais até que a Constituição entre em vigor, foram aprovados ontem pelo plenário da Constituinte por 343 votos contra um e quatro abstenções. Entre as decisões, está a que sujeita o ouro apenas à incidência do imposto de operação de crédito, na operação de origem, sempre que a mercadoria seja definida em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

Não houve necessidade de encaminhamento à fusão de emendas que fixou a adequação da reforma tributária, pois a matéria havia sido acertada pelas lideranças partidárias. Ficou definido que o sistema tributário nacional entrará em vigor no primeiro dia do quinto mês depois da promulgação da nova Constituição. Este período, no entanto, não pode ocorrer antes de 1º de janeiro de 89. Se isto acontecer, será mantido o sistema vigente.

Xingatório pára escolha de comissão

"Palhaço" e "Palhaçada" foram alguns dos termos usados ontem em troca de acusações entre deputados do PMDB e do PFL em reunião que deveria eleger o presidente da Comissão Mista de Orçamento e Finanças. A eleição foi transferida para o próximo dia 22 (quarta-feira).

— Esta comissão vai ter a chave do cofre. É mais importante que todas as outras juntas e vamos lutar por ela até o fim — disse o deputado Inocêncio Oliveira (PE), vice-líder do PFL. Nelson Carneiro deu prazo de meia hora para que fosse apurada a presença mínima de 31 parlamentares. Enquanto Inocêncio saiu à cata de deputados e senadores, os membros do PFL presentes procuravam dar sustentação às discussões.

— Isto é palhaçada — diziam os pefelistas. Genivaldo Correia (PMDB-BA) veio em auxílio de Nelson: — Palhaço é vossa excelência, que não respeita seus colegas. Levou o troco do líder: — Vossa Excelência também é palhaço. Em meio ao princípio de tumulto, o senador Nelson Carneiro resolveu suspender a sessão e marcou para a próxima quarta-feira a escolha do presidente e do relator da comissão.

Bancada procura os "traidores"

LAURENICE NOLETO E RICARDO HOLANDA
Da Editoria de Política

"Uma tração". Esta é a palavra-chave nas rodas formadas dentro do plenário e no Salão Verde da Câmara, logo após a derrota da emenda que fixava para novembro deste ano a data das primeiras eleições em Brasília. "Haveremos de saber quem fez campanha contra, depois de termos colhido mais de 360 compromissos de voto. Foi um trabalho de surdina, sob recomendação do Planalto, de pessoas que não quiseram se colocar publicamente contra o que prometiam em praça pública", disse o deputado Geraldo Campos, logo após o término da votação.

O senador Pompeu de Souza (sem partido-DF), apesar de decepcionado, não se mostrava surpreso: "Eu já havia dito que o Governo já quer nos derrubar com mão de gato". Enquanto isso, Augusto Carvalho (PCB-DF), lamentava o ocorrido, afirmando que essa votação será "uma marca que a Constituinte vai carregar. Mais uma vez nós e o povo perdemos", comentou Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF). Para ela, deu errado porque "os democratas falam em democracia e têm medo de eleição".

Na avaliação geral, o que aconteceu foi mais um jogo de cena. Os constituintes deixaram passar uma imagem de concordância com a matéria enquanto, às escondidas, tramaram contra a aprovação das diretas para o DF. A própria bancada foi acusada de omissão e a deputada Márcia Kubitschek, (PMDB-DF) apontada diretamente por vários parlamentares como responsável pela virada de muitos votos.

Além do deputado Lézio Sathier (PMDB-ES), que disse ter sido abordado por Márcia momentos antes da votação, pedindo-lhe para votar contra a matéria, também a deputada Raquel Capiberibe (PSB-AP) afirmou tê-la ouvido dizer a um deputado do Centro: "Eu não posso votar contra, mas você vota por mim".

A deputada Márcia Kubitschek, no entanto, mostrou-se indignada com a "inverdade". Negando veementemente ter feito campanha contra as diretas para Brasília, ela apresentou como provas sua assinatura no documento de apoio às eleições este ano e ainda a sua foto nos painéis colocados em todas as entradas do Congresso. "Votei a favor e pedi voto a favor. Não admito que venham com mais essa inverdade", disse ela.



Maria Abadia

A interferência do Planalto foi ressaltada como um dos fatores da derrota, pelo deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF). Revoltado, ele dizia que foi uma incoerência também dos constituintes: "Teria sido mais lógico a Constituinte ter negado a autonomia para o Distrito Federal que deixava prevalecer essa situação — autonomia política, mas com governador biônico".

REAÇÃO

"A cidade está de luto", disse ontem logo após o término da votação o secretário-geral do PMDB, Múcio Athayde. Em sua opinião, a Constituinte "perdeu a maior oportunidade de fazer justiça com o povo de Brasília, concedendo-lhe o direito de votar este ano. O pior é que parlamentares de Brasília trabalharam contra a aprovação da emenda, mesmo depois de assumirem documento público garantindo o seu apoio" — lamentou o peemedebista.

Múcio disse que pretende prosseguir na luta para a realização de eleições no DF o mais rápido possível. Ele informou que irá, através de parlamentares seus amigos, apresentar logo após a promulgação da nova Constituição, proposta de emenda constitucional

estabelecendo a realização de pleito em Brasília. Ao comentar o fato do comitê suprapartidário ter conseguido cerca de 370 assinaturas de constituintes se comprometendo a aprovar a proposição o que não se concretizou, o secretário-geral declarou-se surpreso com o resultado e admitiu que esperava que pelo menos 280 honrassem a promessa.

O professor Lauro Campos, que seria lançado candidato ao governo pelo PT caso as eleições ocorressem este ano, lamentou o resultado. E condenou os parlamentares brasileiros que trabalharam contra a aprovação da emenda. O petista apesar de denunciar o fato, não quis apontar os nomes dos deputados e senadores que foram contrários à aprovação da proposição. Segundo ele, era do conhecimento geral que a oposição seria vitoriosa no pleito do DF; que, em sua opinião, serviria também como plebiscito para o presidente José Sarney.

O presidente do diretório regional do PT, Orlando Cariello, acha que o resultado vai criar "um clima de revolta". Segundo ele o Palácio do Planalto jogou forte para derrubar a proposta temendo a vitória do petista Lauro Campos. "Isso só adia o tombo" — declarou. Cariello afirmou também que a derrota das eleições no DF, "coincide como descalabro administrativo do governo José Aparecido. Por sua vez, o presidente do diretório regional do PDS, Carlos Zacarevski, um dos políticos que mais lutou pela aprovação da proposta, lembrou que o resultado de ontem significa a indicação de um outro governador biônico para o DF, além de mais um ano de José Aparecido. Zacarevski, condenou ainda os parlamentares que deixaram de votar, apesar de estarem no plenário no momento da votação. O dirigente pedesista acusou-os de "covardes".

O presidente do diretório regional do PMDB, Joselito Correa, afirmou que não esperava o resultado. Lembrou as cerca de 370 promessas de constituintes que o comitê suprapartidário recebeu. "Não dá para confiar na palavra dos constituintes" — lamentou. Joselito mostrou-se irritado com os parlamentares brasileiros que trabalharam contra a aprovação da emenda. "Só dois ou três é que efetivamente ajudaram" — declarou. E disse: "Daqui em diante nós não seremos mais usados por ninguém. Quem precisar de nossos votos vai ter que assumir supercompromissos conosco".